

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Notas 2

Título: Arrecadação recorde..... 2

Folha de S. Paulo

Título: Leilão de petróleo supera expectativa do governo 9

Título: Em próxima rodada, governo quer áreas vetadas 8

O Estado de S. Paulo

Título: Leilão de petróleo supera expectativa do governo 9

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Notas 2

Título: Arrecadação recorde..... 2

Título: Empresas estrangeiras dão voto de confiança e voltam a investir no país 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo6

Título: Leilão de petróleo bate recorde e já supera R\$ 8 bilhões de arrecadação 6

Título: Em próxima rodada, governo quer áreas vetadas 8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo9

Título: Leilão de petróleo supera expectativa do governo 9

Título: Bacia de Campos está de volta ao jogo..... 10

Título: O leilão de petróleo e a qualidade do emprego 12

Título: Entraves à privatização 13

Título: Projeto quer o fim de taxa extra na conta de luz	14
Título: Conta não terá taxa adicional em abril	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Leilão de petróleo bate recorde: R\$ 8 bi	16
Título: Perigo na pista	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio /colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Fator Fernando

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho**, deve ganhar uma missão logo que deixar o cargo para concorrer às eleições. Quando voltar à Câmara dos Deputados, deve entrar na comissão que analisa a privatização da Eletrobras e ajudar a acelerar a tramitação do projeto de lei.

Repassando o rombo

O Petros, fundo de pensão da Petrobras, sofreu sua primeira derrota numa ação individual contra as cobranças extras que começaram a ser descontadas dos pensionistas, este mês, para cobrir o rombo de mais de R\$ 27 bilhões. A 1ª Vara Cível do Rio, em liminar, suspendeu a cobrança até o julgamento do caso. Na ação, segundo o escritório LSCS, a servidora relata que seu percentual de contribuição passou de 10% para quase 30%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez

Título: Arrecadação recorde

Leilão de petróleo levanta R\$ 8 bi, com ágio de 621,9%, e disputa por Bacia de Campos é acirrada.

Apesar das incertezas com a retirada na véspera de dois blocos da Bacia de Santos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e do impasse em torno da adesão ao regime de isenção fiscal para investimentos em petróleo, o Repetro, a 15ª Rodada de petróleo do pós-sal realizada ontem no Rio surpreendeu com ágio de 621,9% e arrecadação de R\$ 8,014 bilhões — o maior valor entre todos os leilões realizados no regime de concessão no país. Das 68 áreas ofertadas (incluindo mar e terra), 22 foram arrematadas. O destaque foram os blocos na Bacia de Campos, que, após 40 anos em operação, respondeu por R\$ 7,5 bilhões, quase 94% do total dos bônus pagos pelas companhias. O certame marcou ainda a volta de estrangeiras a investimentos no país.

Não fosse a retirada dessas duas áreas na véspera do leilão, o que gerou um pedido de desculpas por parte do governo já na abertura do evento, a arrecadação poderia ter ultrapassado os R\$ 15 bilhões obtidos com Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, em 2013, destacou **Márcio Félix, secretário de Óleo e Gás do Ministério de Minas e Energia**. De olho no potencial de arrecadação, ele destacou que o governo vai se reunir na segunda-feira com o TCU para definir como e quando os campos serão ofertados. Ele espera incluir essas áreas na 4ª Rodada do pré-sal, em junho. — Esses reservatórios vão esperar mais uns meses para ir ao mercado. Acordamos com a expectativa diminuída. Tinha o efeito do Repetro e o impacto da retirada das duas áreas pelo TCU. E tivemos a melhor rodada de todos os tempos. Entendo isso como uma resposta da indústria internacional e da Petrobras, que foi protagonista desse processo, que teve suas ofertas entre os maiores bônus — disse.

GOVERNO ESPERA AGORA LEVANTAR R\$ 12 BI

Segundo Félix, após o resultado, a expectativa de arrecadação do governo com a 15ª rodada, realizada ontem, somada à da 4ª rodada do pré-sal, marcada para junho, foi elevada para R\$ 12 bilhões. A Petrobras arrematou sete blocos nas bacias de Potiguar e Campos e participou em consórcio com outras empresas dos maiores lances do certame. O destaque foi o bônus pago em áreas em Campos, que somou R\$ 6,78 bilhões. Em um desses blocos, a estatal se uniu à Exxon e à QPI (do Qatar) e ofereceu R\$ 2,824 bilhões, valor bem superior ao preço mínimo de R\$ 40,7 milhões fixados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Já com a Exxon e a Statoil, a estatal ofereceu R\$ 2,128 bilhões por outro bloco, patamar superior ao bônus mínimo de R\$ 299,182 milhões. Esse mesmo consórcio arrematou outra área, oferecendo R\$ 1,5 bilhão, valor acima dos R\$ 412,8 milhões mínimos para o campo. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, ressalta que cada empresa faz seus próprios estudos sobre as áreas ofertadas, que podem diferir da avaliação da ANP:

— O leilão dá o preço que o mercado paga. O preço é dado pelos competidores. Segundo Pedro Parente, presidente da Petrobras, o resultado mostra a atratividade das áreas e a perspectiva de maior geração de emprego e renda. Para ele, é importante que o país estimule investimentos. Ele aproveitou para falar sobre a indefinição se o Rio vai aderir ou não ao Repetro: — É importante que não se taxe investimento, isso impede que se crie riqueza. Na avaliação do secretário executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, o desempenho refletiu a confiança da indústria de que a Alerj aprovará o Repetro, nos mesmos moldes da adesão ao regime já aprovada no Espírito Santo e em São Paulo. O presidente da Petrobras ressaltou que os gastos com os blocos arrematados estão dentro do estimado pela empresa. E classificou como natural o fato de não ser operadora de alguns blocos.

— Temos áreas importantes onde somos operadores e áreas importantes onde não somos, mas com participações importantes. Ter a oportunidade de contar com uma Exxon em um bloco onde participamos vai nos trazer uma experiência que pode agregar muito conhecimento — destacou Parente. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, definiu o resultado como “espetacular”. — A grande notícia, do ponto de vista de interesse das companhias, foi a diversidade de operadores e o interesse na Bacia de Campos, na qual todos os blocos foram contratados. É uma notícia extraordinária para o Estado do Rio — destacou Oddone, ao lembrar que a Bacia de Campos ficou cerca de dez anos sem oferecer novas áreas durante a discussão sobre o marco regulatório para o pré-sal. Além das nove áreas de Campos, foram arrematados três blocos na Bacia de Santos, sete áreas em Potiguar, duas em Sergipe-Alagoas e uma no Ceará.

Apesar de nenhum campo terrestre em Paraná e Parnaíba ter recebido proposta, especialistas destacaram a diversidade geográfica, com operadores arrematando blocos no Sudeste e no Nordeste. Para Adriano Pires, foi uma aposta no Brasil: — O Brasil voltou ao mercado internacional de petróleo, do qual tinha ficado muito afastado com a escassez de leilões. Poderia ter sido melhor se o TCU não tivesse tirado aquelas áreas na véspera. Giovani Loss, sócio do escritório de advocacia Mattos Filho e especialista em óleo e gás, comemorou o resultado, mas lembrou que a arrecadação teria sido maior com as áreas excluídas: — O resultado da 15ª rodada foi muito bom. A retirada dos blocos causou estranheza ao investidor, mas não afetou os resultados dos que foram leiloados.

Opinião : PROJEÇÕES

AO CONTRÁRIO de previsões pessimistas, a 15ª Rodada de licitações de áreas para exploração foi um sucesso, com uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, além de um ágio gigantesco (621,91%). A retirada do leilão, pelo TCU, de dois blocos valiosos justificava o mau presságio.

OUTRO FATOR negativo é a intenção de deputados estaduais (Alerj) de limitar isenções tributárias, no regime Repetro, a empresas que invistam em exploração no Rio de Janeiro. Esperase que o resultado da rodada não estimule os políticos a reduzirem os incentivos, porque está evidente que o volume de investimentos gerará renda e empregos suficientes para compensar qualquer isenção.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordoñez

Título: Empresas estrangeiras dão voto de confiança e voltam a investir no país

Companhias americanas, do Catar e a alemã Wintershall são destaques.

A 15ª rodada de petróleo marcou a volta de grandes empresas ao país e a estreia de companhias internacionais em investimentos aqui. Especialistas destacaram a participação da alemã Wintershall, com sete áreas arrematadas, além das americanas Chevron, que voltou a fazer novos investimentos com quatro blocos, e a gigante Exxon Mobil, com oito novos blocos. Faz parte dessa lista ainda a QPI, do Qatar, que também levou quatro campos. Principal executiva da Exxon- Mobil Brasil, Carla Lacerda disse que a companhia está mais confiante no país. A petroleira fez consórcios com diversas empresas, como Petrobras, Statoil, QPI, Queiroz Galvão e Murphy. — Estamos agora mais confiantes com os investimentos no Brasil, sem dúvida. Temos várias oportunidades pela frente e estamos analisando cada rodada. Queremos ter um portfólio robusto no Brasil — disse ela.

Carla falou que ficou desapontada com a retirada de dois campos na Bacia de Santos, feita na véspera do leilão pelo Tribunal de Contas da União (TCU): — Ficamos desapontados. Mas entendo que teremos ainda este ano oportunidades de acessar esses blocos. Um dos destaques foi a alemã Wintershall. A companhia, que já atuou no Brasil de 2000 a 2005, já estava estudando sua volta desde 2013. A empresa — com produção global de cerca de 500 mil barris por dia em países como Argentina, Alemanha, Noruega, Holanda, Rússia, Líbia e Abu Dhabi — vai investir cerca de US\$10 milhões nessa primeira fase de exploração com a atividade de sísmica.

— As expectativas são bastante positivas. Nosso objetivo é o longo prazo. Queremos aumentar nossas atividades em mar. Por isso, estamos de volta. Com o estudo que fizemos no Brasil nos últimos anos, chegamos aqui bem preparados — disse Gerhard Haase, diretor da companhia no Brasil. Na opinião de Jorge Camargo, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), o Brasil voltou ao radar internacional das grandes companhias: — O Brasil terá um

aumento de competição e haverá melhoria na qualidade do desenvolvimento das atividades. Isso traz uma perspectiva de aumento de investimentos.

Essas companhias diferentes têm estratégias variadas. O sucesso do leilão mostra o acerto político com a mudança regulatória do setor. O empresário e consultor do setor João Carlos de Luca afirmou que, apesar do susto inicial com a retirada de blocos pelo TCU e as incertezas envolvendo o Repetro no Rio, a rodada mostrou que haverá novos investimentos das companhias internacionais no país, como Wintershall e Chevron. — Essas empresas estão voltando a investir no Brasil. Conversando com as companhias, há uma sensação de que a indefinição com o Repetro vai ter uma solução positiva. As companhias estão apostando nesse cenário. É um movimento de retomada com maior diversidade. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona / Rio De Janeiro

Título: Leilão de petróleo bate recorde e já supera R\$ 8 bilhões de arrecadação

Petroleiras demonstram forte interesse, apesar de retirada das duas maiores áreas.

Com participação agressiva da Petrobras e da americana Exxon, a 15ª rodada de licitações de concessões de petróleo e gás realizado pelo governo nesta quinta (29) arrecadou R\$ 8 bilhões, com ágio de 622% com relação ao preço mínimo.

Foi o maior valor entre os leilões já realizados no país sob o modelo de concessão. Em 2017, recorde anterior, a arrecadação foi de R\$ 3,9 bilhões, em valores atualizados. Apenas no leilão da área de Libra, em 2013, no regime de partilha da produção, o governo arrecadou mais: R\$ 19,8 bilhões, em valores atualizados.

A lista de ofertas foi esvaziada pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que determinou na quarta (28) a retirada dos dois blocos mais caros do leilão. Ainda assim, executivos e especialistas dizem que a boa qualidade das outras áreas, aliada a condições mais favoráveis às petroleiras, ajudaram a atrair o interesse.

Após o resultado, **o secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Márcio Félix** elevou de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 12 bilhões a previsão de receita do governo com os dois leilões de petróleo previstos este ano. Em junho, serão oferecidas cinco áreas do pré-sal sob o modelo de partilha da produção.“

Foi um resultado espetacular, tanto pela diversidade de operadores quanto pela diversidade geográfica dos blocos arrematados”, afirmou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

Foram arrematadas 32% das 68 áreas oferecidas –e 2017, foram apenas 13%. Entre as empresas vencedoras, além das brasileiras Petrobras e Queiroz Galvão, há dez empresas estrangeiras de oito nacionalidades diferentes. Foram concedidas áreas nas bacias de Santos, Campos, Potiguar, Ceará e Sergipe-Alagoas.

Uma das mais agressivas no leilão, a alemã Wintershall ficou com sete áreas, marcando seu retorno depois de desistir de operar no Brasil em meados dos anos 2000.

Mais uma vez, porém, o sucesso do leilão teve grande influência da Petrobras, que participou de ofertas de somaram R\$ 5,4 bilhões. Em parceria com a americana Exxon, estatal participou dos três maiores lances da concorrência, por áreas na Bacia de Campos. No maior deles, o consórcio pagou R\$ 2,8 bilhões, ágio de 1.314%. “São áreas com muito boas perspectivas, por isso os altos ágios”, afirmou o presidente da Petrobras, Pedro Parente. A estatal participou de consórcios que levaram sete blocos.

A parceria entre Petrobras e Exxon já havia garantido o leilão de 2017, quando foi responsável por 95% da receita. No leilão desta quinta, as duas juntas vão desembolsar R\$ 5 bilhões –R\$ 2,8 bilhões da Exxon e R\$ 2,2 bilhões da Petrobras. “Estamos mais confiantes em investir no Brasil”, disse Carla Lacerda, da Exxon, que arrematou oito blocos em consórcio com outras empresas. Ela citou o potencial geológico do país e mudanças regulatórias entre as razões do apetite da companhia nos últimos leilões.

Félix diz acreditar que a arrecadação seria significativamente maior caso os dois blocos retirados pelo TCU estivessem na oferta - juntos, eles tinham lance mínimo de R\$ 3,5 bilhões. O TCU alegou que os blocos contêm estrutura geológica que se estendem para dentro do polígono do pré-sal, onde os contratos devem ser de partilha da produção, que tem presença do governo nos consórcios.

O MME vai tentar convencer o tribunal a liberar a licitação na quarta rodada do pré-sal, em junho. O governo tenta também concluir negociações com a Petrobras para agendar um mega leilão do pré-sal até setembro, oferecendo reservas já descobertas pela estatal em área da União.

Apesar de só oferecer áreas de fora do chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados no litoral do Sudeste em que o contrato de

partilha é obrigatório, o leilão desta quinta teve seu resultado impulsionado pela busca por reservas abaixo do sal.

Da arrecadação total, 93% foram obtidos em disputas de áreas com potencial de reservas no pré-sal na Bacia de Campos, a maior produtora do país, que está em fase declinante. Os nove blocos oferecidos nessa região foram arrematados, com ágio de 680,4% em relação ao preço mínimo.

Na Bacia de Santos, que teve o número de áreas reduzido de oito para seis após a decisão do TCU, foram arrematados três blocos, com ágio de 235%. Félix defendeu revisão da lei do pré-sal, que criou o chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados em uma faixa de litoral que vai do norte do Rio a Santa Catarina. Nessa região, os contratos devem ser de partilha de produção, que prevê a presença estatal no consórcio. "Essa discussão vai ter que entrar na agenda, se não eleitoral, na do próximo governo", afirmou ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: N.C.

Título: Em próxima rodada, governo quer áreas vetadas

O secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia), Márcio Félix, disse que a arrecadação do leilão realizado nesta quinta-feira (29) seria significativamente maior caso os dois blocos retirados pelo TCU (Tribunal de Contas da União) estivessem na oferta —juntos, eles tinham lance mínimo de R\$ 3,5 bilhões.

O TCU alegou que os blocos contêm estrutura geológica que se estendem para dentro do polígono do pré-sal, onde os contratos devem ser de partilha de produção, que tem presença do governo nos consórcios.

O MME vai tentar convencer o TCU a liberar a licitação na quarta rodada do pré-sal, em junho deste ano. O governo federal tenta também concluir negociações com a Petrobras para agendar um megaleilão do pré-sal até setembro, oferecendo reservas já descobertas pela estatal em área da União.

Apesar de só oferecer áreas de fora do chamado polígono do pré-sal —149 mil quilômetros quadrados no litoral do Sudeste em que o contrato de partilha é obrigatório —, o leilão desta quinta teve seu resultado impulsionado pela busca por reservas abaixo do sal.

Da arrecadação total, 93% foram obtidos em disputas de áreas com potencial de reservas no pré-sal na Bacia de Campos, a maior produtora do país, que está em

fase declinante. Os nove blocos oferecidos nessa região foram arrematados, com ágio de 680,4% em relação ao preço mínimo.

Na Bacia de Santos, que teve o número de áreas reduzido de oito para seis após a decisão do TCU, foram arrematados três blocos, com ágio de 235%.

Félix defendeu a revisão da lei do pré-sal, que criou o chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados, que vai do norte do Rio a Santa Catarina. Nessa região, os contratos devem ser de partilha de produção. “Essa discussão vai ter de entrar na agenda, se não eleitoral, na do próximo governo”, afirmou. ()

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna e Renata Batista / Rio

Título: Leilão de petróleo supera expectativa do governo

Óleo e gás. Valor pago pelas petroleiras para explorar blocos marítimos ficou 622% acima da mínimo exigido pela União; resultado levou governo federal a elevar a previsão de arrecadação com todos os leilões de petróleo deste ano, de R\$ 8 bilhões para R\$ 12 bilhões

O leilão de blocos de petróleo e gás realizado ontem, no Rio, surpreendeu o setor e superou as expectativas de arrecadação do governo, mesmo com as duas áreas mais valiosas tendo ficado de fora da disputa por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). As petroleiras vão pagar ao todo R\$ 8 bilhões ao governo federal para explorar os blocos – 622% acima do valor mínimo exigido. O resultado levou o governo a aumentar a expectativa de arrecadação com todos os leilões de petróleo neste ano, incluindo o leilão de pré-sal em junho: passou de R\$ 8 bilhões para R\$ 12 bilhões. O valor arrecadado, ontem, na 15.^a Rodada de Licitações de Blocos de Petróleo e Gás Natural, superou os R\$ 3,5 bilhões estimados inicialmente pelo governo. “Surpreendente, um sucesso retumbante”, disse o **secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, que representou o **Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho**, no evento.

“Esta foi a maior arrecadação da história dos leilões sob o regime de concessão”, afirmou. Em 2013, o governo levantou R\$ 15 bilhões vendendo uma área do pré-sal. Na época, a União optou pelo modelo de partilha para o leilão, em que vence a disputa quem oferece a maior fatia de petróleo excedente da produção como remuneração para a União. No leilão de ontem, a arrecadação veio dos blocos marítimos. Nenhuma área em terra foi vendida. Segundo o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

(ANP), Décio Oddone, isso aconteceu porque a Petrobrás está vendendo blocos terrestres que acabaram concorrendo com as áreas ofertadas no leilão.

O destaque da disputa foi a bacia de Campos, principal polo produtor da Petrobrás durante décadas, mas que nos últimos anos entrou em decadência. “O ressurgimento da bacia de Campos é uma notícia extraordinária para o Rio de Janeiro”, disse. A maior parte da arrecadação de royalties dessa bacia vai para o Estado do Rio. A gigante norte-americana ExxonMobil superou a Petrobrás e foi a que mais adquiriu blocos. A petroleira ficou com oito áreas e a Petrobrás, com sete. A multinacional será operadora em seis dos oito blocos adquiridos, informou a ANP. Os consórcios formados pelas duas empresas com parceiros foram os que pagaram os maiores ágios.

Em apenas um bloco na bacia de Campos, junto com a QPI (do Catar), o desembolso foi de R\$ 2,8 bilhões. “São áreas com muito boas perspectivas. Por isso, a razão dos ágios”, disse o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, ressaltando que ter a ExxonMobil como operadora “será uma experiência nova”. Tradicionalmente, a Petrobrás era operadora em todos os blocos que adquiridos em leilões passados, o que lhe dava o poder de decisão sobre a exploração. O governo espera que os dois blocos que ficaram de fora do leilão voltem a ser licitados em junho. Márcio Félix terá uma reunião com o TCU na segunda-feira para tratar do assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna e Renata Batista/Rio

Título: Bacia de Campos está de volta ao jogo

Depois de perder a atenção dos investidores para as áreas do pré-sal, Campos voltou ao foco no leilão de ontem, arrecadando 94% do total.

A Bacia de Campos voltou a ser a estrela do leilão de exploração de petróleo e gás da ANP, depois de algumas rodadas de licitações com os holofotes voltados para a vizinha Bacia de Santos. Ainda maior produtora de petróleo do País, a bacia de Campos ficou com 94% do total arrecadado, ou R\$ 7,5 bilhões, deixando para trás a imagem de bacia em declínio, por conta da menor atuação da Petrobrás na região. Além disso, 70% do investimento mínimo ofertado pelas companhias na fase de exploração também ficarão em Campos, o que sinaliza a revitalização do polo. “Cada vez mais o Brasil confirma sua vocação de ser um com produção em áreas profundas e ultraprofundas, e a Bacia de Campos continua a ser a área mais competitiva.

Houve disputa por vários blocos”, avalia o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Elder Queiroz. Para ele, a disputa é boa notícia também para os fornecedores da cadeia de petróleo e gás. A Petrobrás que historicamente mantém uma posição de liderança na região, inclusive pelo conhecimento de décadas que detém, dessa vez abriu mão do papel prioritário de operadora. A estatal é operadora em apenas cinco dos sete blocos arrematados pela petroleira. “Para os fornecedores, essa diversificação estimula o ambiente de negócios”, resume. O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, disse que os R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura frente às estimativas de R\$ 3,5 bilhões comprovam que as áreas em águas profundas no Brasil são atrativas mesmo em um contexto de maior concorrência internacional.

Ágios. A estatal participou dos consórcios que pagaram os maiores ágios da rodada. Por apenas um bloco em águas ultraprofundas, na Bacia de Campos, pagou R\$ 2,9 bilhão em consórcio com a Exxon e QPI. “São áreas com muito boas perspectivas. Por isso, a razão dos ágios”, disse, e ressaltou que a decisão de não assumir o papel de operador no consórcio é comum no setor. “Ter a Exxon como operadora trará uma experiência nova para nós”, completou. A gigante norte-americana ExxonMobil comprou um bloco a mais do que a Petrobrás no leilão e será operadora em seis dos oito blocos arrematados ontem.

“Agora vamos trabalhar juntos porque temos que implementar um programa robusto de aquisição de dados, sísmica”, declarou Carla Lacerda, presidente da empresa, que será a operadora nos consórcios. Ela não quis comparar o Brasil com outros mercados. Disse que cada um é analisado individualmente de acordo com o potencial exploratório, regulação, competitividade. Destacou, porém, o aumento da confiança no País pelos investidores privados e disse estar avaliando todas as oportunidades.

Análise - Voltamos ao mercado do petróleo

Adriano Pires

O leilão de petróleo realizado ontem no Rio surpreendeu positivamente e mostrou que definitivamente o Brasil voltou ao mercado internacional do petróleo, recuperando a estabilidade regulatória e a segurança jurídica perdidas no governo do PT. O resultado do leilão deixou claro que, quando o governo toma medidas concretas – como mudar a Lei da Partilha, revisar a política de conteúdo local, estabelecer calendário de leilões e aprovar a Lei do Repetro –, o mercado responde e as empresas se comprometem com o aumento de investimentos. Também ficou claro que o Brasil é hoje um país preferencial para as empresas de petróleo. E não é só por causa do pré-sal.

O leilão de ontem foi de áreas não pertencentes ao polígono do pré-sal, o modelo jurídico foi o da concessão, a concorrência se deu de maneira intensa e o bônus arrecadado atingiu cifras muito maiores do que as esperadas. Outro ponto a se destacar foi a participação da Petrobrás. A empresa abandonou a obrigação de assumir taxas de retorno patrióticas e agora tem autonomia para estabelecer parcerias sem precisar ser a operadora do campo. O resultado desse leilão e dos realizados em 2017 trazem duas certezas: a de que o setor de óleo e gás vai ter um papel de destaque na recuperação da economia e a de que os Estados, em particular, o Rio, terão a sua redenção ligada diretamente ao setor de petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: O leilão de petróleo e a qualidade do emprego

Esta coluna vai pegar carona em dois fatos acontecidos nesta quinta-feira para avaliar o resultado do 15.º leilão de novas áreas de petróleo no mar e as condições do mercado de trabalho no Brasil. Embora não tenha contemplado nenhuma área cobiçada do pré-sal, o leilão foi enorme sucesso, em especial quando renderam pouco os leilões no México e nos Estados Unidos. Basta levar em conta que a arrecadação de bônus de assinatura foi de R\$ 8,0 bilhões, 621,9% superior ao mínimo previsto nos editais. O leilão das áreas em terra não teve interessados. Nota negativa foi a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de excluir do leilão, na undécima hora, dois blocos situados na vizinhança do pré-sal, justamente os de maior interesse.

O entendimento do TCU é de que eles já fazem parte do pré-sal e, por isso, têm de ser submetidos a leilão no regime de partilha – e não de concessão. Este é pressuposto equivocado, porque contraria o conceito legal (ou geográfico) de área de pré-sal, que não é geológico. Outra nota negativa foi a iniciativa esdrúxula de deputados estaduais do Rio de Janeiro de encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado proposta de cobrar 20% de ICMS no dispêndio de exploração de campos de petróleo. São míopes e dificultam os investimentos, num país em que o crescimento da economia depende disso. O sucesso do leilão deverá ter impacto positivo em duas iniciativas: no leilão de áreas do pré-sal previsto para junho e no leilão do excedente das áreas de cessão onerosa à Petrobrás, possivelmente ainda para 2018.

Também facilitarão a busca de solução à atual divergência entre União e Petrobrás para os termos finais do contrato de cessão onerosa. (Para refrescar a memória: o termo cessão onerosa corresponde à transferência à Petrobrás de 5 bilhões de barris de petróleo ainda no chão, para cobrir a capitalização pelo

Tesouro, em 2010. Em princípio, a Petrobrás tem direito a crédito bilionário, pois o valor pago ficou alto demais em relação aos atuais preços de mercado.) O segundo tema de análise são as estatísticas de emprego. Aí a recuperação está mais lenta. A desocupação passou de 12,2% da força de trabalho no trimestre móvel concluído em janeiro, para 12,6% em fevereiro.

Em parte, era esperado porque há muitos contratos de trabalho temporário apenas para as vendas de fim de ano. Mas também reflete crescimento econômico ainda vacilante. O coordenador da área de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, entende que os empregos que estão sendo criados têm qualidade mais baixa, pois não têm registro de contrato. Ele calcula que 40% da força de trabalho no País está na informalidade. A verdade é que, graças às novas tecnologias, mais gente migra para atividades “por conta própria”. Tal movimento traz reflexos negativos à arrecadação da Previdência Social (e, possivelmente, do Imposto de Renda), mas não deixa de ser salto qualitativo positivo a nova onda em direção ao empreendedorismo, o que Azeredo parece não levar em conta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernando Dantas

Título: Entraves à privatização

A arrecadação de R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura na 15.^a Rodada de Licitações de Blocos de Petróleo e Gás Natural, realizada ontem, confirma que a agenda de concessões e privatizações voltou a andar. Desde 2016, houve concessões de aeroportos, privatizações no setor elétrico e leilões de petróleo e gás, entre as iniciativas mais importantes de desestatização, além da decisão de privatizar a Eletrobrás. O consultor Claudio Frischtak, especialista em infraestrutura e privatização, viu desde o início com bons olhos as mudanças que o governo Temer introduziu na agenda de concessões e privatização, como o realismo nas taxas de retorno.

Ele considera também que a melhora da política econômica, que contribuiu para a forte queda da inflação e dos juros, criou um ambiente mais propício para atrair o capital privado para os investimentos em infraestrutura e energia. Mas Frischtak ainda enxerga alguns entraves nesse processo, ligados ao arcabouço institucional da desestatização no Brasil. Ele tem muitos elogios ao Programa de Parceiras de Investimentos (PPI), criado pelo governo para coordenar, entre seus ministérios e agências, a política de participação do capital privado nos investimentos em infraestrutura. Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, é secretário executivo do PPI.

O problema, segundo o consultor, é que o PPI, ao mesmo tempo em que cumpre o papel importante de reduzir a fragmentação do processo decisório em torno de concessões, privatizações e parcerias público-privadas (PPPs), sofre da falta de capital humano altamente qualificado em quantidade suficiente para dar conta de sua enorme agenda. Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que no passado teve papel de destaque no processo de privatização, está menos envolvido com esta área do que Frischtak considera desejável. Ele nota que o banco de fomento, ao contrário do PPI, tem de sobra o capital humano na quantidade requerida, com um grande corpo técnico de alta qualidade, e muitos mestres e doutores.

“O PPI, que é a instituição com mandato para desestatizar, tem falta de musculatura, enquanto o BNDES, que tem musculatura de sobra, está menos envolvido no processo”, resume o consultor. Ele observa que o BNDES é uma instituição “presidencialista”, e que Paulo Rabello de Castro, que acaba de pedir demissão da presidência do banco, não parece ter priorizado a privatização – talvez até por cautela política diante da sua pretensão de disputar a presidência da República. “Talvez o novo presidente do banco tenha mais vontade de se envolver na desestatização”, torce Frischtak, acrescentando que o BNDES está num momento, após o encolhimento forçado a partir de 2015, em que precisa buscar novas missões e objetivos. Segundo a visão do consultor, as dificuldades do “ambiente de negócios” no Brasil, tão destacadas em rankings internacionais, são acompanhadas por um fenômeno paralelo: as dificuldades particulares do País em termos de tocar privatizações, concessões e PPPs.

Além do problema das atribuições confusas e por vezes superpostas de diferentes participantes do processo, há a questão do desequilíbrio entre os seus atores. Frischtak nota que, no Estado brasileiro, os órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público, são muito poderosos, bem apetrechados de funcionários com elevada remuneração e um amplo corpo técnico de alta competência. Na outra ponta, as agências reguladoras sofreram com a incompreensão de sucessivos governos, além da politização e partidarização de suas diretorias. Há bons técnicos, mas menos que o necessário. O consultor frisa ser favorável a órgãos de controle fortes, mas quando esta “musculatura” é bem mais avantajada que a das agências, peças importantes da engrenagem da desestatização, não é de espantar que o processo ande devagar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Igor Gadelha

Título: Projeto quer o fim de taxa extra na conta de luz

Para deputado autor da proposta, cobrança não inibe consumo, só aumenta arrecadação.

Um projeto que deve ser apresentado na semana que vem na Câmara dos Deputados prevê o fim taxa extra na conta de luz, com a suspensão do regime de bandeiras tarifárias, em vigor desde 2015. O projeto é do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), Presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Conta de Luz na Câmara em 2009. A proposta terá como base o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que concluiu que a inclusão das bandeiras, que aumentam o preço da energia conforme a falta de chuvas, não tem cumprido sua missão de inibir o consumo, mas sim contribuído para aumentar a arrecadação do setor. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores o custo da produção de energia no País.

O objetivo é permitir que os consumidores adotem medidas de economia para evitar que suas contas de luz fiquem mais caras nos momentos em que esse custo está em alta. Com a estiagem, o sistema elétrico fica dependente de usinas térmicas, que geram energia mais cara, pois funcionam por meio da queima de combustíveis. “Vamos pedir para sustar as bandeiras imediatamente e entrar com pedido de ressarcimento ao prejuízo constatado pelo acórdão”, disse Fonte ao Estadão/Broadcast. O prejuízo a que ele se refere é o valor de R\$ 18,9 bilhões que, segundo o TCU, foram pagos pelos consumidores brasileiros durante os 17 meses de adoção da bandeira tarifária vermelha, a que tem o valor mais alto, desde janeiro de 2015, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) instituiu esse regime. Mobilização.

Para derrubar as bandeiras tarifárias, o projeto precisa ser aprovado pela Câmara e no Senado com votos da maioria dos presentes. A inclusão da proposta na pauta do plenário, porém, depende dos presidentes das duas casas, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Eunício Oliveira (MDB-CE). “Vamos fazer uma mobilização das entidades de defesa do consumidor. Acho que o Rodrigo não vai se opor a isso”, afirmou Fonte. Ele acredita que, em ano eleitoral, o projeto de decreto tem mais chances de ser aprovado. “Esse ano, quem vai votar contra isso?” No acórdão, o TCU afirma que as bandeiras tarifárias são “um mecanismo de arrecadação de recursos que visa fazer frente a importantes obrigações financeiras de curto prazo que recaem sobre o fluxo de caixa das distribuidoras”.

A hipótese já tinha sido levantada pela área técnica do tribunal no ano passado. Pelas regras atuais, há quatro bandeiras em vigor. Na verde, não há taxa extra. A amarela custa R\$ 2 para cada 100 quilowatts (kWh) consumidos, valor que sobe para R\$ 3 na bandeira vermelha “patamar 1” e para R\$ 5 na vermelha “patamar 2”. O TCU deu prazo de 180 dias para que o Ministério de Minas e Energia e a Aneel façam um “realinhamento” das bandeiras aos “reais objetivos almejados”

com a cobrança extra. Também deu prazo de 30 dias para que a Aneel, em articulação com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), publique relatórios mensais com informações detalhadas sobre as bandeiras. / COLABOROU ANDRÉ BORGES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Conta não terá taxa adicional em abril

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que as contas de luz continuarão com bandeira verde no mês de abril. Com isso, os consumidores não terão de pagar taxa adicional no próximo mês. A bandeira verde está em vigor desde janeiro. A bandeira verde sinaliza manutenção de condições de geração de energia favoráveis. “Apesar da bandeira verde, é importante que os consumidores mantenham as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício de energia elétrica”, informou a Aneel. O sistema leva em consideração o nível dos reservatórios das hidrelétricas e o preço da energia no mercado à vista (PLD). A bandeira verde continua sem taxa extra.

Bandeiras. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. No primeiro patamar da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. E no segundo patamar da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5,00 a cada 100 kWh. Anteriormente, o custo da energia era repassado às tarifas uma vez por ano, no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros, a Selic. Agora, esse custo é cobrado mensalmente e permite ao consumidor adaptar seu consumo e evitar sustos na conta de luz. A Aneel deverá anunciar a bandeira tarifária que vigorará no mês de maio no dia 27 de abril.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Leilão de petróleo bate recorde: R\$ 8 bi

O mercado financeiro operou alheio aos novos capítulos da crise política que envolve o presidente Michel Temer e vivenciou um dia de ganhos e de forte apetite de investidores estrangeiros no país. A melhor notícia para o governo, ontem, foi o resultado do leilão da 15ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que surpreendeu e ajudou a impulsionar a alta da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) de quase 2%. Conforme dados do órgão regulador, foram arrecadados mais de R\$ 8 bilhões com a concessão de áreas de

exploração, com ágio médio de 621,91%, um novo recorde para as rodadas de regime de concessão.

“O leilão superou todas as expectativas. Tivemos diversidade de operadores, diversidade geográfica e bônus extraordinários”, resumiu o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, após o fim das negociações dos blocos leiloados. O último recorde tinha sido de R\$ 3,8 bilhões, na 14ª Rodada de Licitações, ocorrida há seis meses.

Na véspera, o governo ficou preocupado com o sucesso do leilão, porque o Tribunal de Contas da União (TCU) retirou da rodada justamente os dois blocos mais rentáveis entre os 70 listados, que estavam localizados na Bacia de Santos e representariam uma arrecadação mínima de R\$ 3,55 bilhões. A estimativa de receita com bônus de assinatura dos lotes remanescentes era baixa, variando de R\$ 450 milhões, se fosse considerado o preço mínimo, a R\$ 1,1 milhão, considerando o ágio médio.

Dos 68 blocos ofertados pela ANP no leilão de ontem, apenas as áreas marítimas tiveram interessados enquanto as terrestres foram ignoradas. Foram arrematados 22 dos 47 blocos marítimos no litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Entre os blocos adquiridos, o SC-AP5, na Bacia de Campos (RJ), foi o que registrou maior valor arrecadado: R\$ 2,824 bilhões. O maior ágio, segundo a ANP, foi o do bloco C-M-657, também na Bacia de Campos, de 1.314%, que arrecadou o segundo maior valor: R\$ 2,128 bilhões.

Diversidade

Ao todo, 13 empresas de 11 países participaram da etapa marítima, sendo que 12 arremataram blocos — duas nacionais e 10 estrangeiras, entre elas, as norte-americanas Exxon Mobil e Chevron, e a espanhola Repsol. A Petrobras levou apenas um bloco sozinha, na Bacia Potiguar, entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, mas adquiriu outros quatro blocos em sociedade com a Shell Brasil, a Statoil e a ExxonMobil. Esta última ficou entre as mais agressivas, arrematando oito blocos. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou a diversidade de empresas participantes no leilão e avaliou o resultado como “muito bem-sucedido”.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o leilão foi emblemático, porque empresas que haviam deixado o Brasil, como a Exxon Mobil, retornaram. “O governo tem tomado medidas corretas para que o investidor volte a olhar para o país, como a revisão da lei da partilha e do Repetro (regime especial da indústria do petróleo)”, afirmou. “O leilão surpreendeu todo mundo e esse resultado mostra que o Brasil, em primeiro

lugar, voltou definitivamente ao mercado de petróleo após quase seis anos sem fazer leilões do setor”, completou.

Apetite

Na avaliação do economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa, o leilão também mostrou que os investidores continuam interessados no Brasil. “O resultado foi positivo porque mostra o apetite dos investidores no país. Além disso, a arrecadação acima da esperada é muito boa para as contas públicas, porque ajuda a elevar a confiança”, destacou. A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, considerou que o sucesso do leilão da ANP mostrou que o ruído de mais uma crise política não abala o preço dos ativos. “O que preocupa mais é a eleição, mas o cenário ficará mais definido apenas depois da Copa do Mundo, pois é quando os brasileiros vão começar a pensar em quem votar”, disse ela, lembrando que a reforma da Previdência não está mais no radar dos agentes econômicos, porque ficou para o próximo governo.

A assinatura dos contratos do leilão deve ocorrer até 30 de novembro. A receita acima do esperado deverá elevar a previsão da arrecadação do governo com concessões no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas e, possivelmente, desbloquear verbas. Conforme documento divulgado no último dia 22, que contingenciou R\$ 18,2 bilhões do orçamento, o governo esperava arrecadar R\$ 20,3 bilhões com concessões neste ano. Procurado, o Tesouro Nacional informou que não refez as estimativas dessa receita, e que isso ocorrerá no próximo relatório bimestral.

Novas rodadas

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), está prevista para 7 de junho a 4ª Rodada de Partilha da Produção, que ofertará áreas localizadas no Polígono do Pré-sal. O calendário de rodadas prevê dois leilões para 2019, sendo a 5ª Rodada de Partilha de Produção, com áreas no Polígono do Pré-sal, e a 16ª Rodada de Licitação de Blocos, no regime de concessão. Na reunião ordinária de junho, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve decidir se áreas do pré-sal da Bacia de Campos que não foram vendidas em leilão poderão integrar o banco de ofertas permanentes da Agência.

Bolsa tem alta de 1,78%

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) aproveitou o clima positivo no mercado externo e de investidores interessados no leilão de petróleo e encerrou o dia de ontem com alta de 1,78%, com o Índice Bovespa em 85.366 pontos. Ao longo do pregão, a B3 chegou a registrar alta de 2,19%.

Em Nova York, o Índice Dow Jones subiu 1,07%. Os contratos futuros de petróleo fecharam com alta de quase 1%, puxando os papéis das companhias de energia, como Chevron, que subiram 1,73%, e ExxonMobil, que saltaram 2,47%.

Na B3, a ação da Braskem liderou a lista das maiores valorizações do Ibovespa, subindo 6,81%. Os papéis preferenciais da Petrobras ficaram entre os cinco mais negociados, registrando alta de 0,99%. O volume total de transações na B3 foi de R\$ 10,86 bilhões. O real acabou se valorizando e o dólar caiu 0,84%, cotado a R\$ 3,303 para a venda.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, lembrou que o bom desempenho dos mercados também refletiu o otimismo de novos cortes nos juros pelo Banco Central, que divulgou o Relatório de Inflação sinalizando que pode não interromper o ciclo em maio. “Além do leilão, a sinalização do BC de que deixará a porta para a redução dos juros além de maio animou os investidores”, destacou.

Para o economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa, o mercado brasileiro não ficou alheio a mais uma crise política do governo Michel Temer, mas está evitando uma reação precipitada diante da possibilidade de uma nova denúncia de corrupção contra o presidente. “Essa denúncia é importante no jogo eleitoral, mas não muda o quadro econômico”, resumiu. (RH)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Nas entrelinhas

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Perigo na pista

O presidente Michel Temer estava se preparando para viajar para Vitória quando soube da operação Skala, da Polícia Federal, que prendeu ontem José Yunes, seu advogado, amigo e ex-assessor; Antônio Celso Greco, empresário, dono da empresa Rodrimar; João Batista Lima, ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo e também seu amigo; Wagner Rossi, ex-deputado, ex-ministro e ex-presidente da estatal Codesp; Milton Ortolan, auxiliar de Rossi; e Celina Torrealba, uma das donas do grupo Libra. A ordem de prisão partiu do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

A viagem foi mantida, como recomendam os manuais de gerenciamento de crise. Mas o que seria uma demonstração de que Temer “faz acontecer” – a inauguração do aeroporto de Vitória, no Espírito Santo, que levou 16 anos para ficar pronto (a obra estava parada quando ele assumiu o governo) – se tornou

um grande constrangimento, devido aos questionamentos da imprensa sobre a prisão dos amigos do presidente. O governador Paulo Hartung, seu correligionário do MDB, depois de anunciar aos quatro ventos a conclusão da obra, não foi ao evento, para evitar as fotos ao lado de Temer. O político capixaba é candidato à reeleição e seria o principal beneficiado político pela conclusão das obras. Ao discursar, Temer ignorou as prisões; e, na entrevista coletiva, minimizou o caso. Como disse, já está acostumado a ser “bombardeado”.

Outra notícia boa para Temer também foi completamente ofuscada pelas prisões: o sucesso dos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP), que arrecadou R\$ 8 bilhões em bônus, com a venda de 22 blocos marítimos de exploração de óleo e gás, dos quais o maior ágio foi da Bacia de Campos: 680,452% sobre o mínimo esperado. Os nove blocos, todos do setor SC-AP5, foram arrematados por expressivos R\$ 7,5 bilhões. Segundo a ANP, o ágio médio foi de 621%. No total, 47 blocos marítimos foram ofertados. Segundo a ANP, o leilão das áreas marítimas teve 12 empresas ofertantes, 11 delas estrangeiras, de nove de países diferentes. É uma luz no fim do túnel para a economia fluminense.

MME / ASCOM .